

Isaura Monica Zanardini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6456334067333175>
<https://orcid.org/0000-0003-2226-3840>
monicazan@uol.com.br

Eneida Oto Shiroma

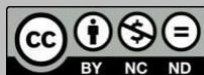
Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC)
<http://lattes.cnpq.br/8001069292975491>
<https://orcid.org/0000-0002-0506-7058>
eneidashiroma@gmail.com

Submetido em: 15/10/2023

Aceito em: 15/12/2023

Publicado em: 20/12/2023

 [10.28998/2175-6600.2023v15n37pe16513](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe16513)



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

A RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO DA EDUCAÇÃO E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

RESUMO

Este artigo trata da gestão da educação no contexto do chamado “novo desenvolvimentismo” difundido no Brasil nas últimas décadas do século XX. A proposição deste estudo foi orientada pelo pressuposto de que os documentos oficiais internacionais e nacionais produzidos a partir dos anos 2000 assumem características aparentemente “inovadoras”, mas reproduzem a perspectiva da eficácia e da eficiência propaladas nos anos 1990, como componentes de uma “nova roupagem” do liberalismo denominada novo desenvolvimentismo. Por meio da análise de documentos de organismos multilaterais, tecemos considerações sobre as propostas destas organizações para a gestão educacional e a implantação de práticas eficazes como tendências de ressignificar o sistema educacional associadas a uma suposta nova perspectiva de desenvolvimento.

Palavras-chave: Gestão Educacional. Novo Desenvolvimentismo. Práticas Eficazes.

THE RELATIONSHIP BETWEEN EDUCATION MANAGEMENT AND NEW DEVELOPMENTISM

ABSTRACT

This article deals with education management in the context of the so-called “new developmentalism” spread in Brazil in the last decades of the 20th century. The proposition of this study was guided by the assumption that official and national international documents produced since the 2000s assume apparently “innovative” characteristics, but reproduce the perspective of effectiveness and efficiency touted in the 1990s, as components of a “new look” of liberalism called new developmentalism. Through the analysis of documents from multilateral organizations, we make considerations about the proposals of these organizations for educational management, implementation of effective practices and tendencies to give new meaning to the educational system associated with a supposed new perspective of development.

Keywords: Educational Management. New Developmentalism. Effective Practices.

LA RELACIÓN ENTRE LA GESTIÓN EDUCATIVA Y EL NUEVO DESARROLLACIONISMO

RESUMEN

Este artículo aborda la gestión de la educación en el contexto del llamado “nuevo desarrollo” difundido en Brasil en las últimas décadas del siglo XX. La propuesta de este estudio se guió por el supuesto de que los documentos internacionales oficiales y nacionales producidos desde la década de 2000 asumen características aparentemente “inovadoras”, pero reproducen la perspectiva de eficacia y eficiencia promocionada en la década de 1990, como componentes de una “nueva mirada” del liberalismo. Llamado nuevo desarrollismo. A través del análisis de documentos de organismos multilaterales, hacemos consideraciones sobre las propuestas de estos organismos para la gestión educativa, implementación de prácticas efectivas y tendencias para darle un nuevo significado al sistema educativo asociado a una supuesta nueva perspectiva de desarrollo.

Palabras Clave: Gestión Educativa. Nuevo Desarrollismo. Prácticas Efectivas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo problematizar as mudanças no conceito e dimensões da gestão, exigidas pelo chamado “novo desenvolvimentismo” e como tem sido impulsionada a valorização das experiências exitosas pelas Organizações Multilaterais. Pretendemos conhecer suas articulações com os princípios das escolas eficazes, popularizadas no contexto da nova gestão pública na década de 1990, buscando analisar como se rearticulam para atender a lógica de desenvolvimento do capital, servindo de modelo para o campo das políticas sociais.

A proposição deste estudo foi orientada pelo pressuposto de que os documentos mais atuais assumem características aparentemente "inovadoras", mas reproduzem a perspectiva da eficácia e da eficiência propaladas nos anos 1990, como componentes de uma "nova roupagem" do liberalismo denominada novo desenvolvimentismo.

A investigação foi realizada com base em uma pesquisa bibliográfica e documental que procurou considerar para análise do fenômeno educacional os elementos econômicos, sociais, culturais e políticos.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E NOVO DESENVOLVIMENTISMO

Durante o processo de pesquisa, fomos nos deparando com a necessidade de aprofundar os estudos sobre as concepções de desenvolvimento que marcaram as políticas econômicas e educacionais no Brasil e retomamos autores como Florestan Fernandes (1981), Miriam Limoeiro Cardoso (1977), Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier (1990) para entender as relações sociais que se desenvolvem no Brasil a partir das peculiaridades de uma forma de desenvolvimento dependente e subordinado marcado por relações sociais de produção internas e externas que tem em vista a reprodução ampliada do capital. Tais leituras possibilitaram a reflexão sobre o papel do Estado, da cooperação internacional e do empresariado nacional desde o processo de industrialização desencadeado, no Brasil, a partir da década de 1930.

Partimos da tese de Florestan Fernandes (1981) acerca da categoria da dependência. Segundo o autor, caracteriza-se por um

[...] padrão de desenvolvimento econômico pelo qual o crescimento econômico das nações ficava subordinado aos interesses, à política e às potencialidades econômicas das nações dominantes. [...] o que se produz,

durante o transcorrer dessa época econômica, não é senão a germinação de uma economia capitalista dependente, que só tinha algum dinamismo interno na medida em que absorvia influxos de crescimento vindos de fora (Fernandes, 1981, p. 170).

Na sociedade brasileira, a dependência e as relações entre as burguesias internas e externas é marcada por relações entre moderno e arcaico, os quais “[...] nem sempre entram em choque decisivo que termine com a eliminação das estruturas repudiadas; estabelecem-se várias espécies de fusões e de composições, que traduzem os diferentes graus de identificação dos homens com a herança tradicional e com a modernização” (Fernandes, 1981, p. 55). Logo essa articulação é “[...] um requisito do capitalismo dependente e este só poderá modificá-la, mantendo-se como tal, de maneira muito lenta e jamais completamente” (Fernandes, 1981, p. 77).

Seguindo na compreensão das especificidades que caracterizam o desenvolvimento e o processo de industrialização na sociedade capitalista dependente, Xavier (1990, p.25) nos ensina que para compreender a realidade brasileira é preciso abandonar o *a priori* modelar e colocar em seu lugar o capitalismo concreto que aqui se realizou e nesta direção, esta autora nos ajuda a compreender o processo de submissão às exigências do capital em escala mundial, o papel essencial do Estado no processo de rearticulação na economia nacional, a fragilidade de uma burguesia industrial pouco coesa que teria escolhido o caráter de sua dependência subordinada em associação com o capital internacional.

De acordo com Xavier, para examinar o desenvolvimento capitalista de uma sociedade como a brasileira, além de considerar as contradições entre as relações arcaicas peculiares e as modernas é necessário:

“[...] não perder de vista a sua articulação com o desenvolvimento internacional do capitalismo. As formas específicas dessa articulação também constituem condições determinantes que estão na base mesma do seu desenvolvimento particular. Tanto a consolidação quanto a própria penetração das relações capitalistas no Brasil se deram quando o capitalismo já era dominante em escala internacional, e isso introduziu novas contradições no processo. A dominação capitalista internacional significou a submissão do desenvolvimento das economias nacionais às exigências do capital em escala mundial” (Xavier, 1990, p. 26-27).

Essa forma de compreender o desenvolvimento e o processo de industrialização nas sociedades dependentes nos conduziu ao estudo de autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), como Rui Mauro Marini (2017), Jaime Osorio (2018), Vania Bambirra (2012), Fernando Prado (2020), Marcelo Carcanholo (2013) e Rodrigo Castelo (2013) a fim de aprofundarmos a compreensão a respeito das condições de desenvolvimento

produzidas em uma sociedade de capitalismo dependente e das categorias subdesenvolvimento e subimperialismo.

Theotonio dos Santos (1998) indica o papel fundamental dos teóricos da TMD para explicar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como resultado histórico do capitalismo, que os produz ao mesmo tempo, em uma unidade dialética. Os teóricos da TMD, utilizando as categorias de superexploração da força de trabalho, dependência e subimperialismo nos ajudam na compreensão de que “[...] denominações como periferia, atraso, subdesenvolvimento ou países em vias de desenvolvimento não deixam de ser descrições – melhores ou piores – que não permitem avançar em nada na explicação do porquê aquilo ocorre e que tendências o tornam possível” (Osorio, 2018, p. 491).

Carcanholo (2013), nessa direção, indica a necessidade de afastamento da perspectiva positiva do desenvolvimento e a necessidade de considerá-lo como processualidade como toma Marx (1983). O autor aponta, ainda, como características das sociedades dependentes: 1) superexploração da força de trabalho, 2) deterioração dos termos de troca, 3) transferência de valor das economias dependentes para os países centrais, 4) concentração de renda e riqueza e 5) consequências sociais, políticas e ideológicas da relação de dependência (Carcanholo, 2013).

Discutir o sentido do desenvolvimento das sociedades dependentes implica em reconhecer que ideologicamente o subdesenvolvimento remete à falta de desenvolvimento e é considerado sinônimo de atraso, como um estágio anterior ao desenvolvimento. Esse entendimento alimenta justificativas para a pobreza e desigualdade crescentes. Nesta lógica, o desenvolvimento é posto como um horizonte utópico a ser alcançado pelos países para se inserirem, como se estivessem “fora”, na economia mundial. Esta é a leitura feita por Prado (2020) ao tratar do desenvolvimento como uma ideologia, portanto como parte do sistema de dominação. Prado (2020), assim como os autores mencionados, trata a ideologia do desenvolvimento considerando uma perspectiva histórica e chama atenção para a necessidade de compreender as particularidades do processo de desenvolvimento no capitalismo brasileiro.

Antes de Prado (2020), a noção de “ideologia do desenvolvimento” já fora usada por Limoeiro Cardoso (1977) ao tratar do Brasil nos governos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e por Roberto Leher (1998) ao tratar dos processos que demandaram a mudança da “ideologia do desenvolvimento” à “ideologia da globalização”. Entendemos que esta forma de considerar o desenvolvimento como uma ideologia explica as mudanças que se processam no percurso histórico dos países dependentes em busca por melhores colocações e condições de negociação no capitalismo mundial. Em um contexto de

desenvolvimento desigual e combinado, trata-se da tecitura de relações de subordinação e dependência. A ideologia do desenvolvimento corresponde aos princípios e interesses do liberalismo, que como nos ensinara Warde (1988), é a ideologia que funda e acompanha o capitalismo em seus diferentes estágios.

De acordo com Prado (2020, p. 82) “[...] a ideologia do desenvolvimento permaneceu e permanece presente no cenário político intelectual do Brasil contemporâneo e pode abarcar distintos projetos, caracterizados ou não como desenvolvimentistas”. A ideologia naturaliza, justifica e apresenta um interesse particular como sendo universal (MARX, 2007).

Na medida em que avançamos nesta compreensão a respeito da ideologia do desenvolvimento, abordamos o “novo desenvolvimentismo” como parte da ideologia do desenvolvimento, e tivemos melhores condições para analisar as mudanças propostas no debate sobre o desenvolvimento. Trata-se da criação e difusão de novas categorias, elementos e estratégias valorizadas para assegurar a reprodução das relações capitalistas de produção. Assim, chegamos ao estudo do social liberalismo e do desenvolvimento sustentável como uma etapa de desenvolvimento do capitalismo dependente que requer reorientações no campo das políticas sociais.

Nessa conjuntura, entendemos o chamado “novo desenvolvimentismo” como a forma de inserção de sociedades de capitalismo dependente na economia mundial contemporânea e como expressão do social liberalismo. Segundo Castelo (2013), social-liberalismo seria uma variante ideológica do neoliberalismo que tem em vista evitar a agudização da questão social reforçando a dominação burguesa ao ocultar as contradições provenientes das relações sociais de exploração e expropriação. Para explicar o social liberalismo, o autor afirma que “as classes dominantes globais pretenderam dotar o neoliberalismo de uma agenda social, buscando dar uma face humana ao desenvolvimento e à globalização para reduzir as tensões sociais e políticas” (Castelo, 2013, p. 121).

Na análise de Castelo (2013), a intervenção estatal na questão social e os investimentos em infraestrutura são promovidos a partir de implementação de parcerias público privadas nos setores de energia, transporte, telecomunicações e políticas sociais para construir um alicerce adequado aos projetos de desenvolvimento capitalista. Castelo (2013b), chama atenção para expressões como “empresariado social”, e “desenvolvimento social sustentado” como resultados destas estratégias de um capitalismo “humanizado e responsável”. Tais expressões estão sendo utilizadas nos discursos empresariais para embasar a recomendação de práticas eficazes, como pretendemos mostrar mais adiante.

A respeito dessas mudanças na direção de uma revisão das ações e estratégias para implementar uma face mais humana ao capital, Robertson (2012) mostra mudanças nas estratégias e proposições do Banco Mundial para resguardar princípios do neoliberalismo, sobretudo o do livre mercado, e indica o papel central do privado, por meio das parcerias público-privado como responsáveis pela qualidade, inovação, eficiência e boas práticas. Essa lógica de valorização da gestão dos serviços públicos realizada pelo privado, caracteriza o capitalismo de face social.

A ideologia do novo desenvolvimentismo vem acompanhada da preocupação com um desenvolvimento sustentável, no qual, supostamente, haveria maior preocupação com a utilização mais racional dos recursos naturais expressando uma preocupação com o futuro das gerações vindouras.

Quanto ao desenvolvimento sustentável concordamos com a análise de Leher (2016, p. 13), segundo a qual, esta categoria, não seria a rigor “[...] um conceito científico, mas sobretudo, uma ideologia penetrante e indispensável ao capital, em um contexto em que os problemas socioambientais alcançam perigosa escala planetária e as resistências se ampliam”.

O binômio “novo desenvolvimentismo” e “desenvolvimento sustentável”, operam nessa direção, como parte da ideologia que sustenta a reprodução ampliada do capital e assegura determinadas condições de desenvolvimento para os países dependentes assegurando o papel que lhes cabe na economia mundial. Para tanto, a educação, que historicamente vem sendo chamada a cumprir um papel político e ideológico na reprodução social em sentido lato, sofre reformas para adequar escolas, currículo e a docência à produção de habilidades e competências necessárias à reprodução dessa ordem social. É sobre isso que pretendemos tratar na seção que segue.

3 A RECOMENDAÇÃO PARA AS PRÁTICAS EFICAZES: ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Na análise documental, a fim de sistematizar as propostas de gestão da educação recomendadas por Organizações Multilaterais no período denominado novo desenvolvimentismo, localizamos fontes que trazem indicações para a reforma da gestão da educação e da escola a partir de um conceito ampliado que além da organização pedagógica e administrativa da escola, envolve aspectos ligados à avaliação, formação de professores, currículo e envolvimento da comunidade e que propunham a identificação e

divulgação de experiências exitosas ou melhores práticas para melhorar a qualidade da educação.

Dentre esses documentos destacam-se: *Lições de Experiências Exitosas para melhorar a Educação em Regiões com baixos níveis de desenvolvimento* (IPEA, 2018), *Las visiones de país importan: lecciones de experiencias exitosas de desarrollo* (Banco Mundial, CEPAL e IDEA Internacional, 2005), *La medición del aprendizaje de los alumnos: mejores prácticas para evaluar el valor agregado de las escuelas* (OCDE, 2011), *Professores Excelentes: como mejorar el aprendizaje em América Latina y el Caribe* (Banco Mundial, 2015), *Governança e a Lei* (Banco Mundial, 2017), *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, (Banco Mundial 2018), *Declaração de Incheon e Marco de ação da educação: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos - Educação 2030* (Unesco, 2015) e *Agindo agora para proteger o capital humano das nossas crianças* (Banco Mundial, 2021).

Todos esses documentos de algum modo referem-se à necessidade de identificar e compartilhar as melhores práticas para alcançar a melhoria dos resultados educacionais potencializando a contribuição da educação ao desenvolvimento das nações.

O documento *Professores Excelentes: como mejorar el aprendizaje em América Latina y el Caribe* publicado pelo Banco Mundial em 2015 trata de reformas das políticas que atingem os docentes na América Latina e apresenta a necessidade de considerar as melhores práticas internacionais, destacando ações realizadas no Chile, Peru e Equador como possibilidades para as políticas de formação e avaliação de docentes na América Latina.

O documento *La medición del aprendizaje de los alumnos: mejores practicas para evaluar el valor agregado de las escuelas*, publicado pela OCDE em 2011, destaca a importância do sistema de avaliação para distribuir melhor os recursos e identificar as áreas com melhores práticas e as que necessitam maior atenção e sugere que as melhores práticas sejam divulgadas entre as escolas a fim de contribuir com a melhoria do desempenho dos alunos.

O *Relatório de Desenvolvimento Mundial Governança e a Lei – Visão Geral*, publicado pelo Banco Mundial em 2017, trata da necessidade de melhorar a governança, definida como “o modo para os governos, cidadãos e comunidades participarem da formulação e aplicação de políticas”, para enfrentar os desafios do desenvolvimento. Este documento indica a necessidade de melhorar a governança para atingir os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS*, propostos pelas Nações Unidas, para tanto

recomenda, assim como os documentos anteriores, a divulgação das melhores práticas internacionais.

No documento *Um Ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, publicado pelo Banco Mundial em 2017 sob encomenda do governo federal durante a gestão de Dilma Rousseff, o Brasil é considerado um país em desenvolvimento. De acordo com os consultores, a análise dos gastos do governo para identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal e consolidar ganhos sociais é “baseada nas melhores práticas internacionais” (Banco Mundial, 2017, p. 5). Para o setor de educação, de modo particular para o Ensino Médio e Fundamental, tendo em vista aumentar a eficiência e a equidade, assim como reduzir o custo fiscal, o documento recomenda “[...] o compartilhamento de experiências e melhores práticas, e o destaque às escolas com desempenho melhor” (Banco Mundial, 2017, p. 141).

A *Declaração de Incheon*, documento que resultou do Fórum Mundial de Educação de 2015, enfatiza as “melhores práticas” na proposição de orientações para a educação tendo em vista o cumprimento das metas previstas na Agenda 2030. Foi balizada pelo discurso do Desenvolvimento Sustentável que, como apontamos, constitui-se na resposta ideológica necessária para administrar a pobreza e outras contradições do atual estágio do capitalismo, principalmente para os países dependentes.

A principal tônica do documento *Declaração de Incheon e Marco de ação da educação: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos - Educação 2030*, elaborado pela Unesco para desenvolver a meta 4 do Desenvolvimento Sustentável é: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Esta Declaração propõe a educação como o motor do desenvolvimento.

O documento afirma que foram obtidos avanços nas últimas décadas como resultado de um esforço conjunto, mas indica que diante do fato de que as metas previstas pela *Declaração Mundial de Educação para Todos* em 1990 em Jomtien na Tailândia ainda não terem sido alcançadas, é preciso incrementar esse esforço na direção de uma educação “inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2016, p. 7). Essa seria a proposta de educação essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2016).

Constatamos que as propostas presentes na Agenda 2030 para a educação reverberam as proposições que vêm sendo indicadas desde os anos 1990, incluindo a preocupação com a qualidade e a eficiência, incrementando o incentivo à colaboração

mútua para o acesso à educação inclusiva e equitativa, revendo-as na defesa da centralidade da educação na constituição de uma perspectiva do desenvolvimento sustentável. De acordo com o documento para se atingir o objetivo 4 do Desenvolvimento Sustentável é necessário:

- estabelecer parcerias eficazes e inclusivas;
- aprimorar políticas educacionais e a forma como elas funcionam em conjunto;
- garantir sistemas educacionais equitativos, inclusivos e de qualidade para todos;
- mobilizar recursos para um financiamento adequado da educação; e
- garantir monitoramento, acompanhamento e revisão de todas as metas (Unesco, 2016, p. 31).

Para que tais metas sejam atingidas, o documento recomenda, além de enaltecer o papel do Estado como coordenador e monitor dos esforços e resultados, a valorização de parcerias e de uma gestão eficiente voltada para o controle dos resultados e a ampla divulgação das práticas exitosas como exemplos a serem seguidos.

A Agenda 2030 reapresenta a preocupação com o desenvolvimento de uma gestão mais eficiente e eficaz que seria, agora, orientada pelo monitoramento dos resultados e estabelecimento de parcerias. O documento de Incheon recomenda a necessidade de: [...] "mudar as práticas atuais e mobilizar esforços e recursos a um ritmo sem precedentes" (Unesco, 2016, p. 25). Ainda de acordo com este documento é preciso "fortalecer a eficiência e a eficácia de instituições, lideranças escolares e governança, por meio de maior envolvimento das comunidades, incluindo jovens e pais, no gerenciamento das escolas" (Unesco, 2016, p. 37).

A "velha" bandeira do envolvimento das comunidades na gestão diz respeito ao pressuposto da cooperação agora recomendada na Agenda 2030 que, por sua vez pressupõe participação no financiamento da escola e responsabilização pelos resultados alcançados tendo em vista o aumento da eficiência dos recursos utilizados: "Aumentar a eficiência e a responsabilização pode aumentar a eficiência e a eficácia do uso dos recursos existentes e garantir que o financiamento chegue até a sala de aula" (Unesco, 2016, p. 67).

A ênfase no controle do Estado e na melhoria da capacidade de gestão é reiterada inúmeras vezes no documento, a exemplo do excerto que segue:

Reafirmamos que a responsabilidade fundamental para a implementação bem-sucedida desta agenda cabe aos governos. Estamos determinados a estabelecer marcos legais e políticos que promovam a prestação de contas e a transparência, bem como a governança participativa e parcerias

coordenadas em todos os níveis e setores, além de apoiar a luta pelo direito à participação de todas as partes interessadas (Unesco, 2016, p. 09).

Outro traço marcante que relaciona as atuais recomendações com boa parte das proposições dos anos de 1990 e que o monitoramento dos resultados é uma constante na Agenda por meio dos mecanismos de avaliação que têm em vista o ranqueamento dos sistemas educacionais e a valorização da meritocracia, inferimos que um importante mecanismo de incentivo à melhoria da gestão e da qualidade dos resultados de aprendizagem é a insistente recomendação de "práticas eficazes", "boas práticas" ou "melhores práticas" como consta no documento de Incheon, tendo em vista transpor para a gestão da educação experiências e abordagens inovadoras, bem como os critérios e padrões de excelência provenientes do setor privado que, de acordo com o documento, poderia, ao lado das instituições filantrópicas "[...] desempenhar um papel importante com sua experiência, suas abordagens inovadoras, seus conhecimentos sobre negócios e seus recursos financeiros para fortalecer a educação pública" (Unesco, 2016, p. 59).

A recomendação aparece de modo direto: "A Unesco, por meio de seus escritórios regionais e junto com os corresponsáveis pela educação 2030, promoverá ainda mais a partilha de conhecimentos, políticas e práticas eficazes entre as regiões" (UNESCO, 2016, p. 61). Essa Organização Multilateral tem em vista "[...] ajudar a mapear o progresso, propor opções ou soluções e identificar melhores práticas que sejam inovadoras, replicáveis e transferíveis (UNESCO, 2016, p. 59).

Cabe destacar que a orientação para a identificação e socialização das melhores práticas seguiu sendo valorizada no contexto da pandemia provocada pela Covid-19. Esse é o caso por exemplo da publicação intitulada *Agindo agora para proteger o capital humano das nossas crianças* (Banco Mundial, 2021). De acordo com o documento:

Embora os sistemas educacionais da América Latina e do Caribe enfrentem um desafio sem precedentes, esta situação excepcionalmente difícil abre uma janela de oportunidade para que a reconstrução torne os sistemas educacionais ainda melhores, mais eficazes, igualitários e resilientes. Os países da América Latina e do Caribe devem aproveitar as boas práticas internacionais, regionais e nacionais que já estejam em uso e que possam ser adaptadas e ampliadas para acelerar a aprendizagem e melhorar a equidade (Banco Mundial, 2021, p. 04).

4 CONCLUSÕES

Os documentos analisados permitiram observar que, para além da recomendação para a identificação e divulgação das melhores práticas no âmbito interno, as organizações

multilaterais enfatizam as melhores práticas internacionais, tendo em vista construir parâmetros globais para “melhorar os padrões de desenvolvimento” de determinados países e, deste modo, contribuir ideologicamente com a reprodução da ordem social capitalista.

Entendemos que a valorização da excelência, chamada de "práticas exitosas", "boas práticas", "práticas eficazes", "melhores práticas" ou "práticas inovadoras" dizem respeito, uma vez mais a retomada da lógica de reformas implementadas em 1990 quando se partia do pressuposto de que havia uma crise de eficiência que necessitava ser revertida para adequar o Estado e as instituições à ele relacionadas, bem como melhorar a qualidade da educação a fim de promover determinada perspectiva de desenvolvimento econômico e social que cabe aos países de capitalismo dependente. O que explica essa retomada, ou mesmo a não retirada de cena destes princípios, é o fato de que não há superação alguma ou inovação substancial em relação ao neoliberalismo no contexto dos anos 2000 e dos documentos elaborados para implementar o modelo proposto pelo novo desenvolvimentismo e o desenvolvimento sustentável, mas uma reedição/renovação de seus princípios e teses a fim de reforçar a ideologia que justifica e naturaliza o modo de produção capitalista.

Deste modo, concluímos que, da década de 1990 à agenda para os anos 2030, o conceito de gestão educacional passou por um processo de ampliação. Sua concepção alargada abrange além da organização pedagógica e administrativa da escola, aspectos ligados à avaliação, financiamento, formação de professores, currículo e envolvimento da comunidade, inclusive de representantes de fundações e institutos empresariais, a valorização e incorporação das práticas eficazes como um fundamento da gestão educacional no chamado novo desenvolvimentismo. Sob a justificativa ideológica de construir parâmetros globais para aferir a qualidade da educação, trata-se de alicerçar estratégias para impulsionar negócios monitorando o desenvolvimento dos países dependentes, minerar dados, tendo em vista a constituição de novos mercados, fornecedores, coprodutores de mercadorias com a justificativa ideológica de parcerias para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.
- BANCO MUNDIAL; CEPAL, IDEA. **Las visiones de país importan: lecciones de experiencias exitosas de desarrollo**, 2005. Disponível on line: [https://documents1.worldbank.org/curated/ru/761531468332366815/pdf/341430WP0SPA NI1sionesDePaislImportan.pdf](https://documents1.worldbank.org/curated/ru/761531468332366815/pdf/341430WP0SPA%20NI1sionesDePaislImportan.pdf), Acesso em maio de 2021.
- BANCO MUNDIAL. **Professores Excelentes**: como mejorar el aprendizaje em América Latina y el Caribe, 2015. Disponível online: <https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Highlights%20&%20Features/lac/LC5/Portuguese-excellent-teachers-report.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2020.
- BANCO MUNDIAL. **Governança e a Lei** (Relatório de Desenvolvimento Mundial). 2017. Disponível online: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25880/210950mmPT.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2020.
- BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. 2018. Disponível online: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em 24 de novembro de 2020.
- BANCO MUNDIAL. **Agindo agora para proteger o capital humano das nossas crianças**. 2021. Disponível online: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/03/17/hacer-frente-a-la-crisis-educativa-en-america-latina-y-el-caribe>. Acesso em 22 de setembro de 2021.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**: Brasil: JK JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro. Volume 11. N. 1, p. 191-205, jan-abril, 2013
- CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa o capitalismo dependente. In: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 1º sem. 2013, n. 31, v. 14, p. 119-138.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- IPEA. Relatório Institucional: **Lições de Experiências Exitosas para melhorar a educação em regiões com baixos índices de desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível on line: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9449>. Acesso em maio 2021.
- LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo. Doutorado em Educação.
- MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. In **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate. Salvador, v. 9, n. 3, pp 325-356, dez. 2017. Disponível online:

esearchgate.net/publication/323440310_Dialetica_da_Dependencia/link/5a9639d7a6fdccecff092c6f/download. Acesso em maio de 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OCDE. **La medición del aprendizaje de los alumnos**: mejores prácticas para evaluar el valor agregado de las escuelas. 2011. Disponível online: <https://www.oecd.org/education/school/47871357.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil**: Análise do governo Lula (2003-2010). Tese (doutorado). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2010. Disponível em: <
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000794314>>. Acesso em 10 jul. 2013.

OSÓRIO, Jaime. Sobre exploração e capitalismo dependente. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 31 n.84, pp. 483-500, set/dez 2018. Disponível online: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/k4bFtvb59dcscp75pkNZRxn/abstract/?lang=pt>. Acesso em maio de 2021.

PAULANI, Leda M. O projeto Neoliberal para a sociedade Brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: Júlio C. F. Lima; Lúcia M. W. Neves. (Org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 67-107. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/livro/fundamentos-da-educacao-escolar-do-brasil-contemporaneo>. Acesso em: 20.mar.2021

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

ROBERTSON, Susan. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a Educação do Banco Mundial. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n.50, maio-agosto 2012, p. 283-302. Disponível online: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000200003. Acesso em 26 mar. 2021

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Niterói, 1998. Disponível online: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409532/mod_resource/content/1/ateoriadadependencia.pdf. Acesso em 25 de julho de 2021.

UNESCO. **Declaração de Incheon e Marco de ação da educação**: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos - Educação 2030. 2015. Disponível online: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/aa_ppdeficiencia/aa_ppd_educacaoinclusiva/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Incheon%20e%20Marco%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%202030.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2019.

WARDE, Miriam. **Liberalismo e Educação**. São Paulo: PUC, 1984. Tese (Doutorado em Educação). Disponível online: <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/10660?mode=full>. Acesso em outubro de 2023.

XAVIER, Maria Elizabeth. S. P. **Capitalismo e Escola no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus. 1990.